

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com a legislação societária em vigor, com a Resolução n.º 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

- 51 Os direitos e os títulos de crédito devem ser avaliados entre os critérios custo de aquisição ou valor de mercado — dos dois, o menor —, admitindo-se o aumento do custo de aquisição até o limite do valor de mercado para registro de variação monetária, variação cambial ou juros acrescidos.
- 52 De acordo com a convenção contábil do conservadorismo, uma vez adotado certo critério contábil entre vários igualmente relevantes, esse não deverá ser mudado, de ano para ano ou constantemente, pois tal alteração pode inviabilizar a comparabilidade dos relatórios contábeis.
- 53 A publicação, da demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) pela empresa dispensa a publicação da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA).
- 54 Um dos parâmetros que determina a relevância do investimento em coligada é a participação de 20% ou mais do capital social.
- 55 O patrimônio líquido das sociedades anônimas de capital aberto divide-se em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e lucros ou prejuízos acumulados.

Com relação ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado do exercício, julgue os itens subsequentes.

- 56 A demonstração de resultado do exercício (DRE), confronta receitas, custos e despesas, incorridos pela empresa, para apresentar os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos em determinado exercício social, os quais são contabilmente transferidos para as contas do patrimônio líquido, o que zera os saldos das contas de origem.
- 57 Denominam-se passivos exigíveis, tanto as obrigações classificadas até o término do exercício seguinte, quanto as que irão vencer após esse término.
- 58 No balanço patrimonial de uma empresa, as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza — não classificáveis no ativo circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da empresa — deverão ser classificados no ativo realizável a longo prazo, ou no ativo imobilizado, conforme natureza de tais participações e direitos.
- 59 A empresa deverá constituir provisão para perdas prováveis, como conta redutora do ativo correspondente, quando forem comprovadas perdas permanentes nos investimentos em participações societárias.
- 60 Os métodos de avaliação das participações societárias são definidos como valor presente, valor de realização e equivalência patrimonial.
- 61 O ativo intangível deve, prioritariamente, ser financiado com recursos de longo prazo, sejam eles próprios ou de terceiros; em último caso, podem ser utilizados recursos de curto prazo, de terceiros.

A respeito da análise econômico-financeira de empresas, julgue os próximos itens.

- 62 O caixa e as aplicações financeiras são mantidos pelas empresas com o objetivo de reduzir o risco de insolvência técnica; logo, as aplicações financeiras devem possuir a característica de quase-caixa, isto é, liquidez imediata.
- 63 A demonstração do valor agregado/adicionado (DVA) comprova a origem da riqueza gerada pela entidade e como ela foi distribuída entre os setores que contribuíram para a sua geração; logo, os indicadores e as informações dela extraídos atingem um universo maior de usuários que os obtidos por meio das demais demonstrações contábeis.
- 64 Os relatórios contábeis obrigatórios — por exemplo, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as notas explicativas — são essenciais para que se realizem análises horizontal, vertical e por indicadores.
- 65 Os indicadores de liquidez corrente, seca, geral e imediata demonstram a situação financeira empresarial com a comparação dos ativos e dos passivos, a medição da base financeira e a indicação de condições, se houver, de pagar dívidas, o que complementa a análise fornecida pelo capital circulante líquido (CCL).
- 66 A análise horizontal e vertical pode ser usada tanto para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com o de outras empresas, ao longo de vários períodos, quanto para, por exemplo, analisar sua performance em um determinado período de tempo.

Julgue os itens seguintes, relativos ao conceito e à forma de avaliação de itens patrimoniais.

- 67 O teste de recuperabilidade, também chamado de *impairment*, define que o valor recuperável de um ativo é o menor número absoluto entre o valor justo, líquido de despesas de venda, e o seu valor de uso.
- 68 *Goodwill* é um termo contabilístico usado para refletir a parte do valor de mercado de um negócio que não é diretamente atribuível aos seus ativos e passivos, contabilizado apenas em caso de uma aquisição.
- 69 O conceito de depreciação implica o reconhecimento de perda de valor nos ativos fixos tangíveis, em decorrência do uso, da desatualização, ou da obsolescência, e se constitui em despesa para recuperar, de forma gradual, o dispêndio inicial, ainda que não exija desembolso nem pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações relativas ao sistema de custos, produção e despesas de uma empresa que fabrica um único produto.

unidades produzidas	100.000
unidades vendidas	80.000
preço de venda unitário	R\$ 55,00
custos variáveis de produção unitários	R\$ 25,00
despesas variáveis de administração e venda unitárias	R\$ 5,00
custos fixos de produção totais	R\$ 1.000.000,00
despesas fixas de administração e venda totais	R\$ 300.000,00

A partir desses dados, julgue os itens a seguir, tendo em vista que não havia estoques iniciais, que toda a produção iniciada foi concluída no período e que as informações apresentadas são as únicas relevantes relativas aos gastos da empresa.

- 70 A diferença entre o lucro apurado pelo custeio por absorção e pelo custeio variável é inferior a R\$ 100.000.
- 71 Ao vender 43.333 unidades, a receita com vendas total se iguala ao total de custo e despesas da empresa.
- 72 O grau de alavancagem operacional da empresa, no momento dado, é superior a três vezes.
- 73 O custo unitário apurado pelo sistema RKW é inferior a R\$ 40,00.
- 74 O método do custeio variável apura custo unitário superior ao método do custeio por absorção, mas não pode ser utilizado para fins fiscais.
- 75 O estoque final de produtos acabados para fins societários é de R\$ 700.000.

Uma instituição pública federal adquiriu, em 2/1/2008, por R\$ 77.000,00, um *software* de gestão e mapeamento de riscos, cujo período de benefícios esperados era de seis anos, estimando-se um valor residual de R\$ 5.000,00. A instituição também adquiriu, na mesma data, dez computadores novos do tipo *desktop* pelo valor total de R\$ 10.000,00, com vida útil estimada em cinco anos e valor residual nulo, para utilização nas atividades de administração da entidade.

A respeito dessa situação hipotética e dos aspectos contábeis a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

- 76 Uma provisão deverá ser registrada no passivo quando existir obrigação resultante de eventos passados e for provável a saída de recursos futuros, ainda que o seu valor seja incerto.
- 77 Se, em 2/1/2010 — início do terceiro ano de uso do *software* —, o valor de mercado do *software* tiver sido de R\$ 50.000,00, então foi reconhecida uma perda por irreversibilidade no valor de R\$ 3.000,00.
- 78 O *software* em questão deverá ser registrado como ativo intangível da referida instituição, devendo-se registrar sua depreciação mensal de R\$ 1.000,00.
- 79 Pelo princípio contábil da materialidade, os novos computadores da instituição deverão ser registrados no ativo intangível, juntamente com o *software* adquirido; isso se deve ao baixo valor unitário de cada computador, quando comparado ao custo do *software*.
- 80 De acordo com os princípios contábeis, no momento da entrega e do aceite definitivo dos computadores pela instituição em questão, deverá ser registrado um passivo referente ao contrato de manutenção a ser firmado, ainda que não se tenha certeza do seu valor.

Julgue os próximos itens, considerando o sistema de custos na administração pública federal.

- 81 A informação de custos, além de permitir aos administradores a visualização da execução orçamentária, fornece instrumentos para o processo decisório, como a análise do ponto de equilíbrio.
- 82 Ainda que não exista demonstração contábil obrigatória para que sejam apresentadas as informações de custos da ENAP, foi estabelecido, no âmbito do governo federal, o sistema de informações de custos (SIC), cujos objetivos são o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da administração pública federal.
- 83 **Situação hipotética:** Os técnicos em assuntos educacionais da ENAP identificaram que determinada instituição privada oferece curso com carga horária e características similares aos ofertados pela ENAP, com custo por aluno de R\$ 34,50. **Assertiva:** Nessa situação, é possível utilizar esse valor como referência para apurar a receita econômica da ENAP bem como seu resultado econômico.

Acerca do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), julgue os itens subsequentes.

- 84 A conformidade de gestão é um instrumento de segurança do SIAFI, e consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo sistema.
- 85 Para a transferência de créditos de um órgão setorial de planejamento e orçamento, pertencente à estrutura de um ministério, para uma unidade executora a ele vinculada, é utilizado, no SIAFI, um documento de entrada denominado ordem bancária de crédito.

Julgue os itens subsecutivos, relativos a aspectos contábeis.

- 86 De acordo com o regime de competência, no momento da assinatura do contrato, deve-se fazer um registro no ativo circulante do valor referente ao tempo de vigência do contrato.
- 87 No que diz respeito aos estágios da receita, a previsão se dá no momento da assinatura do contrato; a arrecadação, no momento do pagamento do aluguel pelo locatário; e o recolhimento, no momento em que o recurso for transferido para a conta única do órgão arrecadador, quando passa a ficar disponível para a realização de suas despesas.
- 88 A depreciação de aluguel de um imóvel de propriedade da União, ainda que a posse seja passada ao locatário e gere benefícios futuros para este, deverá ser registrada como despesa do órgão locador.
- 89 Antes da realização de um contrato de aluguel, os valores gastos com a manutenção do imóvel devem ser classificados como despesas correntes.
- 90 Em se tratando de exploração de imóvel pertencente à União, o valor referente ao aluguel recebido deverá ser registrado em uma conta contábil de receita de capital, de acordo com o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

Em relação às variações patrimoniais e às transações no setor público, sob o aspecto patrimonial, julgue o item subsequente.

- 91** Caso, na produção de vacinas destinadas à rede pública de saúde, sejam consumidos produtos químicos — que estivessem no estoque de uma entidade pública — no valor de R\$ 35.000,00, então esse valor deverá ser registrado como uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

Em uma escola com problemas de infraestrutura, o conserto de emergência de algumas de suas instalações custou R\$ 850,00, dos quais R\$ 500,00 foram referentes a materiais pagos com cartão de pagamento do governo federal (CPGF) e R\$ 350,00 foram gastos com serviços de engenharia pagos pelo servidor responsável, previamente suprido e habilitado, com dinheiro próprio.

A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos relativos a suprimentos de fundos, julgue os itens que se seguem.

- 92** No caso de suprimento de fundos por meio do CPGF, no qual o pagamento da fatura do cartão é posterior ao gasto, o empenho da despesa também pode ser posterior ao gasto, desde que feito antes do pagamento da fatura do cartão, devido à possibilidade de inversão das fases da despesa pública, nesse caso.

- 93** Com base na urgência da situação, o referido servidor poderá, no primeiro dia útil seguinte ao evento, solicitar ao ordenador de despesas a concessão de suprimento de fundos em seu nome, referente aos serviços de engenharia realizados no valor de R\$ 350,00, desde que apresente a nota fiscal válida dos serviços prestados, juntamente com o processo de prestação de contas no prazo estabelecido na concessão.

- 94** Considerando que a concessão do CPGF, feita de acordo com a legislação vigente, tenha sido destinada para a aquisição de materiais em geral, e que tenha sido observado o prazo de aplicação, o pagamento realizado de R\$ 500,00 foi adequado para suprimento de fundos.

Tabela I

	valores (em R\$)
receita orçamentária prevista	1.000,00
excesso de arrecadação	230,00
alienação de veículos por leilão	200,00
pagamento de todos os restos a pagar processados de 2013	110,00
despesa fixada	1.000,00
pagamento de imóveis adquiridos no exercício	110,00
inscrição da dívida ativa	350,00
recebimento de aluguéis	250,00
despesa de pessoal e encargos paga	210,00
realização de VPD antecipada	200,00
impostos e taxas recebidos	460,00
despesa liquidada	960,00
pagamentos de empréstimos de longo prazo	340,00
recebimento da dívida ativa	320,00
despesa orçamentária realizada	1.100,00
material de consumo adquirido e não entregue no exercício	140,00

Tabela II

contas	valores (em R\$)
caixa e equivalente de caixa	450,00
VPD pagas antecipadamente de curto prazo	270,00
créditos a receber	350,00
empréstimos de longo prazo	800,00
dívida ativa	1.800,00
patrimônio social	5.400,00
provisão para perdas da dívida ativa	320,00
veículos	200,00
resultados acumulados	550,00
depreciação acumulada de veículos	20,00
imóveis	4.130,00

A tabela I contém informações apresentadas por determinado estado da federação referentes ao exercício de 2014, e a tabela II, os saldos de balanço patrimonial de 31/12/2013 do referido estado.

Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens, de acordo com a legislação vigente.

- 95** O resultado orçamentário do exercício de 2014 foi um superávit de R\$ 130,00.
- 96** Houve a inscrição de restos a pagar não processados no exercício de 2014.
- 97** O resultado financeiro do exercício de 2014 foi superior a R\$ 900,00.
- 98** O total das variações patrimoniais aumentativas, em 2014, foi menor que R\$ 1.000,00.

- 99 O total do ativo no balanço patrimonial de 2014 foi inferior a R\$ 6.800,00.
- 100 O resultado patrimonial do exercício de 2014, apurado no balanço patrimonial desse exercício, foi superior a R\$ 460,00.

Em relação a impostos, taxas e contribuições, julgue os itens subsequentes.

- 101 A taxa é a espécie de tributo cuja obrigação tributária tem por fato gerador uma situação que independe de vinculação entre atividade estatal específica e o contribuinte.
- 102 O sistema tributário brasileiro permite a cobrança de taxas fundamentadas em três situações: a utilização de serviço público, o exercício do poder de polícia e a intervenção estatal no domínio econômico.
- 103 A contribuição social é espécie tributária que tem como fato gerador a atuação indireta do poder público.
- 104 Define-se como imposto o tributo cuja obrigação tem por fato gerador situação vinculada a uma atividade estatal específica dirigida ao contribuinte.

Acerca das contribuições e do tratamento contábil aplicável aos tributos e às contribuições, julgue os itens seguintes.

- 105 O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social deve ser reconhecido, total ou parcialmente, limitado a 30% do valor reconhecido no exercício anterior.
- 106 Compete à União, no âmbito de sua atuação nas áreas afetadas, instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

Como forma de garantir a efetividade na arrecadação dos tributos, o fisco utiliza o mecanismo de retenção na fonte, na qual a entidade pagadora fica responsável pela retenção e pelo recolhimento dos tributos devidos. Com base nas disposições contidas na IN n.º 1.234/2012, da Receita Federal do Brasil, e na Lei n.º 9.430/1996, julgue os itens a seguir, relativos às retenções de tributos na fonte.

- 107 Caso a retenção do tributo se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pela prestação de serviços a que se aplicam percentuais diferenciados, o valor a ser retido deve ser calculado com base no contrato de maior valor agregado.
- 108 A referida IN prevê a retenção na fonte do IR e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), mas é silente com relação ao imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- 109 A empresa que recebeu os pagamentos de uma entidade pública deve reter o imposto de renda da pessoa jurídica a fim de gerar crédito tributário para compensação automática no exercício seguinte.
- 110 A retenção do tributo deve ser efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual correspondente ao somatório das alíquotas das contribuições devidas e da alíquota de imposto de renda, determinada mediante a aplicação de 15% sobre o faturamento da empresa.

De acordo com a Lei Complementar n.º 116/2003, julgue os próximos itens, referentes ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).

- 111 Os valores pagos como gorjeta a um mecânico, quando incluídos no preço do serviço prestado, estão sujeitos à incidência do ISSQN.
- 112 As exportações de serviços para o exterior são tributadas de acordo com o fato gerador do serviço prestado.
- 113 Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
- 114 O ISSQN não incide sobre movimentações bancárias como saques e depósitos.

Com base no disposto na IN n.º 971/2009, da Receita Federal do Brasil, julgue os itens subsequentes, relativos a normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à previdência social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Receita Federal.

- 115 Ressalvada a pessoa com deficiência, em relação à qual inexistente limite máximo de idade, o aprendiz, maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos de idade, deve contribuir na qualidade de segurado facultativo.
- 116 Um aposentado por regime de previdência social dos militares que venha a exercer atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral da Previdência Social deve ser considerado segurado obrigatório em relação a essa atividade.
- 117 Um contribuinte individual que contrata segurados para a prestação de serviços se equipara a uma empresa para fins de cumprimento de obrigações previdenciárias.
- 118 Para fins de prestação de informações sobre imposto de renda junto ao fisco, as missões diplomáticas e as repartições consulares de carreiras estrangeiras se equiparam a empresas.
- 119 O síndico de condomínio ou o administrador que tenha sido eleito em janeiro de 2015 para exercer atividade de administração condominial e que receba remuneração está amparado na lei para se inscrever como contribuinte facultativo da previdência social.
- 120 **Situação hipotética:** Um contrato de prestação de serviços foi celebrado entre duas empresas. A contratada é uma empresa pequena, em que o titular realiza todo o serviço e não tem empregados. O faturamento dessa empresa no mês anterior à assinatura do contrato foi inferior a duas vezes o limite máximo do salário de contribuição. **Assertiva:** Nessa situação, a empresa contratante ficará dispensada de efetuar a retenção de valor para recolhimento à previdência social, e a contratada, de registrar o destaque da retenção tanto na nota fiscal quanto no recibo.